

## O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CIDADANIA ECOLÓGICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

João Victor Falcão da Silva (1); Arthur Macedo Fernandes (1); Lucas Antônio Viana Botelho (4)

*Universidade Federal de Pernambuco, jvfalcaoss@gmail.com (1)*  
*Universidade Federal de Pernambuco, arthurmacedo3101@gmail.com (1)*  
*Universidade Federal de Pernambuco, lucasviana.botelho@gmail.com (4)*

**Resumo:** A Educação Ambiental (EA) é reconhecida como uma das formas por onde pode ser iniciado um processo de equilíbrio na relação entre a sociedade e a natureza ao considerar as diferentes problemáticas existentes no ambiente. Partindo do que foi escrito sobre a inserção da Educação Ambiental nas instâncias de ensino não-formal estabelecida na Lei Nº 9795/1999, o presente artigo ressalta as potencialidades de sua aplicação em espaços alternativos à escola, visto que a reflexão proporcionada pela Educação Ambiental permeia todas as instâncias da sociedade em uma constante rede de influências. Baseado na bibliografia e de dados da pesquisa de campo e através dos registros de experiências dos educadores ambientais e da gestão e de seu discurso de apropriação dos Econúcleos, importantes na medida em que auxilia na identificação das diferentes concepções de Educação Ambiental que norteiam as práticas pedagógicas dos Econúcleos, propõe-se uma delimitação de limites e possibilidades de estímulo à cidadania e a democracia exercitada no *lócus* da pesquisa em questão. Contemplando a esfera do ensino não-formal, as atividades dos Econúcleos concorrem para a afirmação e efetivação da Educação Ambiental como processo que tem por base as inúmeras redes sociais, políticas e econômicas em uma perspectiva ecológica que não desconsidera as escalas locais.

**Palavras-chave:** educação ambiental, cidadania ecológica, educação não-formal, gestão.

### Introdução

Os Econúcleos são demarcações do espaço municipal de Recife utilizados no desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental (EA), como exposições, exibição de filmes e peças de teatro. Vistos dentro de um contexto maior, inseridos onde problemas ambientais da cidade do Recife são frequentes, podem ser entendidos como espaços propícios ao surgimento de novas possibilidades de mudanças ao cenário de degradação que os rodeiam. O presente artigo parte do pressuposto de que os Econúcleos, dentro do contexto da efetivação de políticas de planejamento ambiental, é condição material para que a realização de projetos de EA seja possível. Assentindo a importância do espaço, Leff (2008, p. 286) afirma que:

Habitar o habitat é localizar, no território, um processo de reconstrução da natureza, a partir de identidades culturais diferenciadas. É arraigar as utopias que, sem suporte material e simbólico, se converteriam em ecologias sem espaço, em potencialidade sem lugar de enraizar-se, em geografias sem sentido.

Ressalta-se, aqui, a concepção de identidades culturais diferenciadas. Isso porque as degradações urbanas se inserem no processo atual de globalização caracterizada por suas demandas econômicas e políticas, na maioria das vezes discordantes das necessidades reais de cada lugar e de cada cultura em específicos. Além das dimensões concretas espaciais, as experiências subjetivas também são basilares no processo de manifestação de um novo paradigma ecológico na medida em que representam, no plano abstrato, a relação da sociedade com a natureza através das práticas dos sujeitos ao longo de sua vida.

Nesse sentido, os Econúcleos são o suporte material onde as subjetividades sociais se imprimem durante a realização das atividades de EA. Em outras palavras, é onde significados são construídos durante o processo de apropriação desses espaços. Decorre disso o seu caráter dinâmico e pulsante em possibilidades de interações sociais que podem levar a mudanças de uma consciência de apropriação tecnicista da natureza, a uma consciência sistemática que leva em conta a interdependência dos elementos naturais e humanos e as consequências de intervenções inadequadas nessa relação.

O presente artigo procura reconhecer as influências do estabelecimento de espaços físicos para a composição de experiências sociais que estimule a construção de uma cidadania ecológica e responsável através da identificação da urgência de espaços físicos institucionalizados para o desenvolvimento da EA, tendo como *locus* de estudo os Econúcleos recifenses. Baseado na bibliografia e de dados da pesquisa de campo e através dos registros de experiências dos educadores ambientais e de seu discurso de apropriação dos Econúcleos, importantes na medida em que auxilia na identificação das diferentes concepções de EA que norteiam as práticas pedagógicas dos Econúcleos, propõe-se uma delimitação de limites e possibilidades de estímulo à cidadania no *locus* da pesquisa em questão.

Cabe ressaltar que embora seu público seja majoritariamente os alunos do ensino básico, os Econúcleos são espaços de educação não-formal: a lógica de sua organização não obedece àquela dos sistemas de ensino e as possibilidades aqui destacadas se inserem em um campo que conta com outras formas de gestão de projetos educacionais. Dessa forma, o presente artigo almeja descrever e analisar peculiaridades implícitas às possibilidades identificadas que decorrem de sua organização através da gestão desses espaços.

## **Metodologia**

A fase preliminar da pesquisa se constituiu em levantamento bibliográfico acerca dos diferentes significados atribuídos ao conceito de

espaço a partir das obras de autores como Santos (2017) e Leff (2008), além de artigos científicos, para identificar a importância da consideração das questões espaciais no debate sobre o desenvolvimento da EA. A obra de Leff (2008) também é utilizada como base para a discussão sobre as relações entre a pedagogia do ambiente e a EA, que norteiam e dão sentido a construção da cidadania ecológica, esta entendida a partir de Loureiro (2003). A primeira fase sustentará todo o arcabouço teórico da investigação. A segunda fase é a pesquisa de campo, necessária na captação das percepções sobre o papel das práticas pedagógicas dos educadores ambientais para a apropriação dos Econúcleos através de entrevistas abertas. As entrevistas são utilizadas considerando a importância do trabalho interacional discutido por Minayo (2009), se configurando como forma de coleta de dados subjetivos que constituem a representação de uma realidade contextualizada – na pesquisa em questão, a EA inserida no contexto urbano recifense. Por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, optou-se por trabalhar os dados colhidos por entrevistas e conversas segundo a análise temática de conteúdo, explicada por Gomes (2009), na qual o tratamento dos dados é feito por etapas não excludentes de forma a explorar “conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar.”

## **Resultados e Discussão**

### **A questão espacial no desenvolvimento da Educação Ambiental**

Os espaços construídos pelas sociedades ultrapassam o sentido técnico de sua edificação, sendo o reflexo de intencionalidades das mais diversas naturezas – econômicas, políticas, culturais, etc. A perspectiva do geógrafo Milton Santos (2017, p. 63), ao afirmar que o espaço é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”, explana essa questão. O autor explica ainda que:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2017, p. 63)

O espaço geográfico é um produto repleto de significações e seu estudo, através da compreensão das dinâmicas entre objetos e ações, torna inteligíveis as intencionalidades implícitas em sua constituição. Nesse contexto, os Econúcleos são vistos como *lócus* concreto (objeto) de uma prática social complexa, que é a EA (ação). Os Econúcleos são a base, o palco onde surge a produção de um conhecimento que

contempla as inter-relações do meio natural com o social (JACOBI, 2003), possuindo uma relação de determinação no que se refere à aplicabilidade da realização dos projetos de EA.

A concepção de espaço pelos educadores ambientais, no que se refere aos objetivos e à importância de um Econúcleo, é positiva, mas apresenta restrições quando levamos em consideração o contexto social, político e econômico que o abarca. Positiva, pois os Econúcleos se destinam à EA fora do espaço escolar, abrindo possibilidades de aprendizagens que levem em conta a experiência que parte de um espaço verde contrastante com o espaço urbano problemático. As restrições se revelam a partir do momento que as ações desenvolvidas nos Econúcleos se configuram como um evento educacional que não possui garantia de continuidade para além daquele espaço.

Entretanto, tal restrição não é vista como um empecilho à efetivação da EA. Os educadores ambientais reconhecem suas práticas pedagógicas como ponto de partida para que uma transformação social maior aconteça, ainda que a longo prazo. Nesse sentido, a EA é instrumento de reformulação do pensamento através de reflexões ambientais intimamente relacionadas ao exercício da cidadania. Unindo a função social da EA com a cidadania, Loureiro (2003, p. 43) defende o conceito de cidadania ecológica e a define como:

Conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Nesse conceito, amplia-se o destaque ao sentimento de pertencimento à humanidade e a um planeta único.

No contexto do mundo globalizado, o autor entende a cidadania ecológica como o cerne da EA. Assim, ao articular ética e cidadania ecológica, o autor insere o papel primordial da educação nesse processo, visto que a ética pode ser definida como o exercício reflexivo dos valores de uma sociedade que pode e deve ser feito através dos processos de ensino-aprendizagem. Quando preza pela coletividade, o autor preza por conexões que são explanadas durante o processo reflexivo a partir da EA. Sobre isso, os entrevistados afirmam que:

*“É tudo em cadeia, tem que saber que o mundo não é só isso aparente que ele vê, mas fazer pensar”. “Se realmente o que vamos comprar de aparelho eletrônico é uma necessidade ou mais uma vez um pensamento aguçado por uma propaganda, fazendo novamente a vontade das grandes indústrias capitalistas da sociedade”.*

Falar de redes e suas conexões impõe discutir sobre um aspecto que pode limitar a efetivação da EA, mas ao mesmo tempo enriquece as

possibilidades de estímulo à participação e, conseqüentemente, ao surgimento da cidadania planetária: as ações em EA são essencialmente interdependentes e precisam ser se quisermos considerar o mundo como uma rede complexa. Afirma-se os limites, pois a EA preza pela intervenção individual que fortalece a coletividade e a consciência cidadã, uma das mais ricas contribuições que ela pode oferecer à sociedade. Os Econúcleos são um dos inumeráveis “nós” que compõem a mencionada rede, são espaços onde são lançados provocações e estímulos ao pensamento e às ações.

Contudo, a rede global de conexões é uma perspectiva espacial abrangente de aplicação, o que leva a um dos dilemas na execução da EA: como efetuar transformações ambientais globais sem desconsiderarmos os contextos locais de onde partem as necessidades primeiras da sociedade? Embora na fala dos entrevistados esteja o entendimento geral da EA como importante instrumento de reflexão sobre a manutenção dos recursos naturais, é possível identificar a preocupação com a questão dos contextos locais. Leff (2008) contribui ao debate sobre a importância na consideração dos problemas locais ao defender uma pedagogia do ambiente. Inicialmente, o autor concebe o conceito de ambiente como:

[...] conceito desta relação complexa entre o habitat e o habitar, que integra as condições do meio às possibilidades de ocupação social do território. O habitat é o substantivo (passivo) que suporta o verbo (ação de) habitar. No habitar conflui a lei da natureza que estabelece suas condições de suporte, e o desejo que mobiliza as formas de ocupação cultural do espaço. O ambiente articula assim um conjunto de processos ecológicos, produtivos e culturais, para construir o habitat como transformação complexa das relações sociedade-natureza. (LEFF, 2008, p. 286)

Esta perspectiva dá à dimensão concreta da prática social educacional, aqui entendida a partir do Econúcleos, abrangência no que se refere às ações em EA. Assim, os Econúcleos, além de serem analisados como um sistema indissociável de objetos e ações, são vistos também como ambientes responsáveis por integralizar elementos de ordem natural, técnica e social. O autor defende que a ciência da educação, frente à crise ambiental do mundo atual, deve internalizar novos princípios e valores a seus conhecimentos que a leve a ser um agente de reflexão do meio e transformação no meio. Explica que isso deve se dar através da incorporação do conceito de ambiente, da análise da complexidade e dos métodos da interdisciplinaridade.

A incorporação do conceito de ambiente levaria a uma pedagogia caracterizada por “tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizagem”. A análise da complexidade levaria a “pensar a realidade socioambiental como um processo



de construção social, a partir da integração de processos inter-relacionados e interdependentes”. Segundo o autor os métodos da interdisciplinaridade permeiam o ensino médio e universitário.

O presente trabalho destaca os dois primeiros eixos: conceito de ambiente e análise da complexidade. A pedagogia do ambiente pode ser vista como canal para a construção de uma cidadania ecológica pois contempla duas necessidades no que diz respeito aos objetivos da EA, aqui vista tanto como processo, quanto produto.

Primeiramente, o reconhecimento de redes de influências responsáveis pela constante degradação do meio natural e do meio construído pelo homem, indo desde as ações cotidianas individuais que afetam o espaço habitado, até ações coletivas que aparentemente escapam a nossa vontade, como aquelas executadas pelos governos e pelas instituições. Além disso, há de se considerar tais redes limitadas também em uma escala global, ou seja, onde as repercussões de uma determinada cultura em seu meio não se restringem àquela porção do espaço, mais repercute em outros espaços geográficos.

A escolha dos Econúcleos como *lócus* de investigação sobre as questões de escala de aplicações da EA contribui na discussão da primeira necessidade. Como dito anteriormente, os Econúcleos são espaços verdes educacionais contrastantes com o contexto urbano problemático de Recife, contraste que oferece percepções iniciais sobre a importância da preservação dos elementos naturais e da importância de se conviver em equilíbrio com eles. Sobre isso, um dos entrevistados comenta:

*“A gente se vira pra o rio em Recife. E a coisa agora é a gente conviver com ele, não ser algo escondido. Que também é algo da natureza”. “Tem que ter um trabalho conjunto no ambiente”. “Como a gente vai fazer com que a pessoa venha pra cá e tenha uma experiência que toque ela ou que ela saia daqui muito mais consciente?”. “Enquanto não formos uma sociedade como um todo, fica mais difícil”.*

Ao afirmar que nos viramos para o rio em Recife, o entrevistado se refere ao Rio Capibaribe, o mais importante da cidade e cotidianamente poluído. Esta fala exemplifica como nossas ações desconsideram o lugar do ambiente na vida de cada um; em outras palavras, como nos vemos externos ao ambiente e atribuímos a ele um lugar de submissão. O trabalho conjunto e a união da sociedade reforçam a coletividade discutida anteriormente. Destaca-se a importante associação que o entrevistado faz entre experiência e estímulo à consciência, pois aqui se revela uma das riquezas da EA: ela é essencialmente ativa, ela precisa de uma realidade, seja ela natural ou

construída pelo homem, que sirva de base para contatos que, por sua vez, geram experiências, sejam elas agradáveis ou não. O entrevistado exemplifica:

*“Eu digo: “vamos respirar o ar daqui” (Do Econúcleo). Aí eles respiram o ar daqui. “O ar tá legal?” Aí eles: “tá legal”. “Mas olha daqui, pra fora do parque, a mais ou menos 100 metros daqui. Tem o que ali fora?”. Aí eles olham e fazem assim: “ali tem carro, ali tem prédio, ali tem a rua.” Eu disse: “pois é! E ali tem mais o que? O que é que causa isso?”. Eles vão dizer: “ali tem calor, ali tem fumaça”. Eu disse: “E aqui, tem o que?”. “Tem verde, tem grama, tem árvore.”. “Por que vocês acham que o ar daqui é tão bom assim? É bem melhor que o de lá que chega a aparecer liquens porque são fungos bioindicadores, eles indicam que ali existe um certo nível de pureza do ar?”. Eles dizem: “porque aqui tem árvores, tem plantas”.*

São pequenas percepções, como a exemplificada acima, que o presente trabalho pretende destacar como uma das mais importantes contribuições que a EA oferece ao exercício reflexivo sobre o ambiente. Para além de ressaltarmos questões mais gerais (globais), a efetivação da EA se torna tão rica quanto ao passar antes por questões mais específicas (locais).

### **A função da educação não-formal na Educação Ambiental**

A educação não-formal, comumente é comparada a informal, então se faz preciso conceituar o que é a educação não-formal, ela é “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2006). Gohn explica que o maior educador da educação não-formal é o “outro”, o qual nos relacionamos, porém o que difere da informal é a intencionalidade. Em relação a cidadania, os entrevistados disseram:

*“Acredito que as abordagens pedagógicas adotadas nos Econúcleos podem contribuir para a construção da cidadania de forma a fazer o público refletir sobre o consumo sustentável. Por exemplo, por vezes na minha oficina eu sempre coloco em questão sobre o que estamos fazendo em nossas casas para diminuir o uso excessivo de energia e de água [...]. Adotamos sempre em nossas abordagens pedagógicas a política dos Rs: repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar, então acredito que é desta forma que podemos contribuir para o desenvolvimento da cidadania”.*

Uma das grandes dificuldades da educação não-formal são suas metodologias, entretanto os arte-educadores do espaço tem suas ideias, planejamentos de atividades bem organizadas. Há a utilização de dança, teatro, compostagem, música, hortas e afins. Um dos

educadores ambientais entrevistados demonstra em sua fala:

*“Tem o lúdico, o interativo, através da tecnologia e tem com a terra. Eu faço a compostagem aqui. É uma maneira de pensar a questão com os resíduos orgânicos, eu também falo da questão da minhoca, é uma coisa em cadeia que a gente vai trabalhando”.*

As atividades, que por vezes focalizam a faixa etária da infância à juventude, procura sempre explicar as questões ambientais em cadeia, já que a natureza não é estagnada e sim, dinâmica. Tal educação visa a compreensão da natureza a partir do lúdico. Não só o entendimento do ambiente, mas também a formação de indivíduos conscientes, ou seja, primeiro o arte-educador pondera e organiza sua atividade para a comunidade. Isso cabe bem a outra característica da educação não-formal, que busca a construção da identidade do coletivo. Gohn (2006) ainda diz que a não-formalidade pode ajudar no aumento da autoestima, do empowerment (empoderamento) do grupo. Gohn (2002, p. 72) destrincha sobre o método Paulo Freire, focalizando o empoderamento. Em suas palavras:

[...] sua utilização nos anos 90 ocorre - menos pela sua dimensão política-participante - que deu espaço aos movimentos populares e aos militantes de facções político-partidárias, nos anos 70-80, para realizarem um trabalho “de base”, gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, contestador da ordem social vigente; e **mais pela sua dimensão de empowerment (empoderamento) dos indivíduos e grupos de uma comunidade - gerando um processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, objetivando o “empoderamento” da comunidade**, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos - os novos educadores - atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. Grifo nosso.

Conquanto haja o contexto histórico de movimentos sociais (feminismo, movimento negro entre outros), o empoderamento é o “incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos”, para então alcançar outros seres com o mesmo potencial. A EA trabalha o coletivo, a interação com a natureza e com as relações sociais, fazendo com que transcorra a consciência do grupo, fazendo-o desenvolver o autossustentável.

Ao perguntar sobre a valorização cultural, em questão de troca de conhecimentos com outras comunidades, alguma comunidade quilombola, indígena, ribeirinha e afins, os entrevistados disseram que há trabalhos feitos com eles e/ou para eles. Esse trabalho é fundamental para a autoestima do coletivo de cada território. Na fala de um dos entrevistados, ele diz:

*“A gente já recebeu alguns grupos aqui e mostramos nossas atividades. Por sinal, já teve em 2015, aqui, o dia da mulher negra e caribenha, um dia*

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



*mundial que tem aqui. E veio o pessoal de terreiro e tal, veio o pessoal das matrizes afro e a gente fez um trabalho legal com eles. [...] a gente também faz um trabalho que vai às escolas e vai alguns grupos também. Quando a gente vai, além de levar essa questão lúdica, a gente faz oficinas, têm oficinas de cordel, têm atividades como teatro também e tal. A gente também tem o trabalho de levar o tipo de possibilidade de ter hortas pra se trabalhar”.*

Trabalhar a solidariedade e a troca de conhecimentos de interesse dentro da educação não-formal é o que a torna rica, quebrando o paradigma formal da educação, que tem muitos traços do positivismo.

### **A gestão democrática para além do ensino formal**

A meta 19 do Plano Nacional da Educação tem como objetivo estabelecer uma gestão democrática no âmbito escolar, apesar de parecer utópico, não quer dizer que seja impossível. Tal meta está ancorada na Constituição Brasileira (CF) de 1988 (BRASIL, 1988).

Os Econúcleos em Recife vão de encontro a essa filosofia, claro que há relações com a democracia, como bem entende a diretora da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. São ambientes diferentes, formal e não-formal, tendo características distintas e comuns. O Econúcleo é um instrumento do Estado em função e prática da EA, mas sempre direcionado a secretaria. *“Os Econúcleos não são unidades autônomas”*, diz a diretora da secretaria.

*“A programação é proposta conjuntamente com a gestão, que faz parte eu e a Daniela, e os arte educadores. E a participação social a gente costuma sempre divulgar que o Econúcleo tá aberto a diversos grupos”. “Tem um grupo que reúne várias associações de pais de crianças que tem Down...”. “O que a gente sempre busca é que tenha relação com a temática ambiental, porque se não fica um espaço de eventos”.*

A última fala mostra o propósito do espaço, em desenvolver atividades correlacionando o meio ambiente. As duas primeiras falas são pertinentes no quesito participação, tanto dos educadores quanto do público externo. Para Silva (2016), há quatro princípios balizadores da gestão escolar democrática. A **participação**, que está atrelada a tomada de decisões em todos os segmentos e cotidianamente, tendo ligação com o que a autora chama de **exercício de poder**, caracterizando-se a partir da igualdade entre os segmentos escolares, legitimando a democracia. Esses dois princípios geram responsabilidades aos participantes da gestão, ou seja, **autonomia**, criando um autogoverno. E por fim, para que ocorra a conscientização da democracia, cabe ao **aprendizado através da ação educativa**, buscando a formação cidadã e a formação democrática dentro da gestão.

Tais princípios conectam-se com o que Carvalho (2006) (*apud* NARDY; DEGASPERY, 2006, p. 122) disserta sobre a EA, o autor diz:

[...] deve alcançar três diferentes dimensões: **o conhecimento**, os valores éticos e estéticos, e a **participação política**. A primeira relaciona-se aos componentes e processos da natureza e à compreensão das interações estabelecidas entre o homem e a natureza. O campo valorativo, por sua vez, envolve a compreensão e busca por novos padrões coletivos na relação sociedade-natureza. Já a participação política está relacionada ao desenvolvimento da capacidade de o indivíduo manifestar-se sobre a construção da cidadania e da democracia.

A dimensão do conhecimento procura focalizar a consciência sistemática restrita aos processos naturais. A dimensão dos valores é posta como campo propício à discussão sobre novas propostas responsáveis por dar harmonia aos processos de interação meio-sociedade. A dimensão da participação política surge como possibilidade de resistência a processos globalitários a partir do momento que cada sujeito entende o meio social e natural como uma teia composta por diversos nós que as entrelaçam. Sejam esses nós a natureza ou as instituições os responsáveis pelas conexões, podemos atribuir diversos nós a diversos indivíduos que fazem parte do processo da EA. Isso porque “a capacidade de o indivíduo manifestar-se sobre a construção da cidadania e da democracia” dá o imprescindível caráter ativo da EA.

Nessa perspectiva, o surgimento da cidadania implica no oferecimento de possibilidades de participação da sociedade, onde a criação de espaços públicos institucionalizados por agente governamentais surge como uma das intervenções necessárias para que o modelo de cidadania proposto pela EA se efetive.

A democracia e estímulo à participação cidadã se faz presente no espaço, o qual planeja suas atividades através da gestão e com os arte-educadores, tendo expediente interno para o diálogo sobre recursos, tempo, atividades, projetos com as escolas.

*“O expediente interno é uma reunião que a gente tem as quartas feiras para a organização e estruturação do serviço.”. “Não é uma coisa que a gente vai entrar em discussão ‘vamos redefinir a existência do Econúcleo e a função do Econúcleo’, isso não faz parte da questão.”. “são questões mais operacionais”.*

Embora reconheçam e pratiquem alguns aspectos democráticos, o maior objetivo proposto tanto no espaço onde se encontra os educadores e a comunidade quanto a gestão é de uma descentralização, buscando beneficiar a população e instigar a cidadania, ou seja, a

democracia. Scherer-Warren trabalha bem isso através do conceito de cidadania planetária, dizendo:

(...) para que se possa falar na construção de uma **cidadania planetária**, é necessário avaliar se as práticas destas múltiplas redes de movimentos estão caminhando para **humanizar a natureza** - construindo direitos sociais e ambientais - **de forma histórica** - garantindo a partir do presente a sustentabilidade do futuro - **sem fronteiras** - no sentido de se referenciar ao conjunto dos povos - e **radicalmente democrática** - articulando requisitos de igualdade (justiça social), de liberdade (expressa na diversidade cultural e de compromisso com o coletivo na gestão pública (SCHERER-WARREN, 1999, p. 77).

A construção de novos paradigmas educacionais se faz preciso para a EA, não só na instância formal da educação, mas também na não-formal, que está atrelado a coletividade, acesso aos direitos coletivos, empoderamento e, principalmente o quesito democrático.

## Conclusões

O presente artigo buscou afirmar os Econúcleos da cidade do Recife como espaços de indissociabilidade do meio natural às interferências antrópicas. Entretanto, diferentemente da usual relação predatória e perversa da relação entre o homem e a natureza nas cidades, a pesquisa ressaltou tal indissociabilidade como um centro, um fixo espacial urbano na construção de novas percepções e valores sobre a responsabilidade de cada cidadão frente à apropriação do seu meio. Os Econúcleos surgem como possibilidade de desenvolvimento de aprendizagens em EA que ultrapassam os muros da escola e contribuem dando oportunidades para o surgimento de ricas experiências educacionais a partir do contato com o verde. Contemplando a esfera do ensino não-formal, as atividades dos Econúcleos concorrem para a afirmação e efetivação da EA como processo que tem por base as inúmeras redes sociais, políticas e econômicas numa em uma perspectiva ecológica que não desconsidera as escalas locais.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília: Presidência da República, Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação -

PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em 18 jul. 2018.

GOHN, M.G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. 2006. Rev. Ensaio: aval. pol. públ. Rio de Janeiro. Vol. 14. N.50. p. 27-38.

\_\_\_\_\_, M.G. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/613/628>>. Acesso em 23 jul. 2018.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. SUELY, F. D.; ROMEU, G; MINAYO, M. C. de S. (org.). 28ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOUREIRO, F. **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. SUELY, F. D.; ROMEU, G; MINAYO, M. C. de S. (org.). 28ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NARDY, M.; DEGASPERI, T. Educação Ambiental e Cidadania: desafios para a construção do pensamento glocal. In: BONOTTO, D.; CARVALHO, M. (org.). **Educação Ambiental e Valores na Escola** [recurso eletrônico]. 1ª Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Viviane Alves de Lima. **O Hibridismo entre o Democrático e o Gerencialismo: um estudo a partir das singularidades dos Colégios de Aplicação Federais**. Dissertação (Mestrado)- Pós-Graduação em Educação. Recife-PE: UFPE, 2016.